

Demonstrações Contábeis Regulatórias

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Empresa de Transmissão de EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 12 de março de 2020.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 26 de abril de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
Contadora CRC-1SP214160/O-5

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo			
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	5.913	6.875
Investimentos Temporários	4	9.086	-
Concessionárias e Permissionárias	5	4.825	5.345
Serviços em Curso		880	999
Tributos Compensáveis		2.796	1.581
Despesas Pagas Antecipadamente		5	16
Adiantamento a Fornecedores		4.805	4.797
Outros Ativos Circulantes		1.563	1.665
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Concessionárias e Permissionárias	5	391	395
Depósitos Judiciais e Cauções		165	155
Outros Ativos Não Circulantes		1.051	548
Imobilizado	6.1	341.807	353.980
Intangível	6.2	7.037	7.152
Total do Ativo		<u>380.324</u>	<u>383.508</u>

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo			
<u>Passivo Circulante</u>			
Fornecedores		3.653	2.786
Debentures	7.1	21.902	21.855
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.193	966
Tributos a recolher		3.223	3.502
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		953	-
Encargos Setoriais		1.664	1.946
Outros Passivos Circulantes		7.965	8.021
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Debentures	7.1	54.853	76.656
Provisão para Litígios	8	18	-
Provisão para Compensação Ambiental		12.184	7.736
Outros Passivos Não Circulantes		1.343	1.286
Total do Passivo		<u>108.951</u>	<u>124.754</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	9.1	274.762	274.762
Reservas de Lucros	9.2	4.374	-
Prejuízos Acumulados	9.2	(2.436)	(16.008)
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	9.2	2.861	-
Dividendos Societários Distribuídos	9.2	(8.188)	-
Total do Patrimônio Líquido		<u>271.373</u>	<u>258.754</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>380.324</u>	<u>383.508</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Operações			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		52.811	53.023
Tributos			
PIS-PASEP		(871)	(875)
Cofins		(4.014)	(4.030)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(459)	(455)
Reserva Global de Reversão – RGR		(1.373)	(1.379)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(211)	(212)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	10	45.883	46.072
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		45.883	46.072
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	11	(4.327)	(3.465)
Material		(389)	(383)
Serviços de Terceiros		(2.128)	(1.749)
Arrendamento e Aluguéis		(474)	(407)
Seguros		(41)	(51)
Doações, Contribuições e Subvenções		(3)	(2)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos		-	(59)
Tributos		(123)	(76)
Depreciação e Amortização		(13.292)	(13.830)
Outras Receitas Operacionais		24	-
Outras Despesas Operacionais		(18)	-
Resultado da Atividade		25.112	26.050
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(10.792)	(7.802)
Receitas Financeiras		687	823
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		15.007	19.071
Despesa com Impostos sobre o Lucro	12	(1.435)	(1.834)
Lucro Líquido do Exercício		13.572	17.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado do Exercício	13.572	17.237
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>13.572</u>	<u>17.237</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas legal	Reservas Especial para Incentivos Fiscais	Reservas de Retenção de Lucro	Proposta de distribuição de dividendos societários	Dividendos Societários Distribuídos	Lucros /Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	270.209	10.270	4.595	155.641	-	(149.334)	-	291.381
Absorção de Prejuízos Societários	-	(10.270)	(5.111)	(120.641)	-	-	136.022	-
Absorção de Prejuízos	-	-	-	-	-	149.334	(164.156)	(14.822)
Aumento de Capital Social	4.553	-	(4.553)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	(42)	-	-	-	17.237	17.195
Destinação Proposta à A.G.O.:								-
Pagamento de dividendos sobre Lucros retidos	-	-	-	(35.000)	-	-	-	(35.000)
Incentivos Fiscais	-	-	5.111	-	-	-	(5.111)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	274.762	-	-	-	-	-	(16.008)	258.754
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	13.572	13.572
Destinação Proposta à A.G.O.:								-
Reserva Legal	-	410	-	-	-	-	(410)	-
Incentivos Fiscais	-	-	3.964	-	-	-	(3.964)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(953)	(953)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	2.861	-	(2.861)	-
Dividendos Societários Distribuídos	-	-	-	-	-	(8.188)	8.188	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	274.762	410	3.964	0	2.861	(8.188)	(2.436)	271.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	13.572	17.237
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	127	141
Depreciação	13.165	13.689
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.435	1.834
Juros e Variações Monetárias	10.587	7.518
Outros	(21)	(205)
	38.715	40.214
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionários e Permissionárias	524	(465)
Depósitos Judiciais e Cauções	-	(15)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.647)	(714)
Tributos Compensáveis	(654)	76
Outros	(290)	1.192
	(2.067)	74
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	(4.782)	68
Fornecedores Setoriais	867	(2.048)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	227	(55)
Tributos	1.535	1.227
Outros	4.472	3.017
	2.319	2.209
CAIXA GERADO/ (CONSUMO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Encargos de Dívidas Pagos	(5.842)	(7.316)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.068)	(1.638)
	31.057	33.543
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Resgate de Títulos e Valores Imobiliários	-	6.825
Investimentos temporários	(9.086)	-
Imobilizado	(922)	(9.234)
Intangível	(12)	(22)
Investimentos Temporários Adquiridos	-	(28)
	(10.020)	(2.459)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Debentures captados	-	109.311
Debentures Pagos	(21.999)	(100.485)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	(42.115)
	(21.999)	(33.289)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(962)	(2.205)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	6.875	9.080
No fim do exercício	5.913	6.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “EBTE”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão					
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial
011/2008	30	2038	46.126	IPCA	jun/11

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565/2019. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$50.989.

Em 20 de dezembro de 2010, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na Nota 14, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 12 de junho de 2020.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Essas Demonstrações Contábeis são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na Nota 14, para melhor entendimento do leitor.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

resultantes são reconhecidos no resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos Equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários e Investimentos de curto prazo.

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam o Caixa e Concessionárias e Permissionárias.

3.2. Imobilizado e Intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, sendo posteriormente mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Fornecedores e debêntures são classificados como outros passivos financeiros, com a mensuração subsequente ao custo amortizado.

3.4. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.5.1. Provisões para contingências

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.6. Tributação

3.6.1. Impostos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%;

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.6.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2020, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à alíquota que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) que vigentes na data do balanço.

3.7. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.7.1. Receita anual permitida (RAP):

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.7.2. Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.8. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.9. Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos temporários

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	2019		2018	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Ativos Financeiros	14.999	14.999	6.875	6.875
Caixa e Aplicações Financeiras	14.999	14.999	6.875	6.875
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.913	5.913	6.875	6.875
Investimentos temporários	9.086	9.086	-	-

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Concessionárias e Permissionárias

5.1 Composição das Contas a Receber

VALORES CORRENTES							
DESCRIÇÃO	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA				TOTAL 2019	TOTAL 2018
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.786	31	6	2	391	5.216	5.740
TOTAL	4.786	31	6	2	391	5.216	5.740

Circulante	4.825	5.345
Não Circulante	391	395

Os clientes vencidos a mais de 360 dias são monitorados pela Companhia e até o momento não houve a conclusão de que devemos constituir uma provisão para perdas nesse caso.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Imobilizado e Intangível

6.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2018	Baixas (A)	Transferências (B)		Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	445.685	(74)	5		445.616	(69)	(112.084)	333.532	346.696
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4.404	-	-	-	4.404	-	(1.292)	3.112	3.259
Máquinas e Equipamentos	440.105	-	(5)	5	440.105	-	(110.157)	329.948	342.852
Veículos	986	-	(69)	-	917	(69)	(529)	388	489
Móveis e Utensílios	190	-	-	-	190	-	(106)	84	96
Administração	59	-	-	-	59	-	(59)	-	-
Máquinas e Equipamentos	59	-	-	-	59	-	(59)	-	-
Subtotal	445.744	(74)	5		445.675	(69)	(112.143)	333.532	346.696

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	7.203	1.311	(6)	(5)	(330)	8.173	970	8.173	7.203
Máquinas e Equipamentos	2.062	645	-	(4)	(307)	2.396	334	2.396	2.062
Outros	5.141	666	(6)	(1)	(23)	5.777	636	5.777	5.141
Administração	81	21	-	-	-	102	21	102	81
Máquinas e Equipamentos	23	21	-	-	-	44	21	44	23
Outros	58	-	-	-	-	58	-	58	58
Subtotal	7.284	1.332	(6)	(5)	(330)	8.275	991	8.275	7.284
Total do Ativo Imobilizado	453.028	1.332	(80)	-	(330)	453.950	922	(112.143)	341.807

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.2. A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço							
Transmissão	7.276	-	7.276	-	(301)	6.975	7.087
Servidões	6.918	-	6.918	-	-	6.918	6.918
Softwares	65	-	65	-	(41)	24	36
Outros	293	-	293	-	(260)	33	133
Administração	138	-	138	-	(136)	2	16
Softwares	69	-	69	-	(67)	2	16
Outros	69	-	69	-	(69)	-	-
Subtotal	7.414	-	7.414	-	(437)	6.977	7.103
Ativo Intangível em Curso							
Transmissão	46	9	55	9	-	55	46
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	46	9	55	9	-	55	46
Administração	3	2	5	2	-	5	3
Outros	3	2	5	2	-	5	3
Subtotal	49	11	60	11	-	60	49
Total do Ativo Intangível	7.463	11	7.474	11	(437)	7.037	7.152

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019			2018
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	2,91%	445.616	(112.084)	333.532	346.696
Custo Histórico	2,91%	445.616	(112.084)	333.532	346.696
Administração	10,78%	59	(59)	-	-
Custo Histórico	10,78%	59	(59)	-	-
		445.675	(112.143)	333.532	346.696
Em curso					
Transmissão	-	8.173	-	8.173	7.203
Administração	-	102	-	102	81
		8.275	-	8.275	7.284
		453.950	(112.143)	341.807	353.980

6.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	1	1
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	24	24
Máquinas e Equipamentos	666	7	673
Móveis e Utensílios	-	2	2
A Ratear	-	381	381
Material em Depósito	-	216	216
Adiantamentos a Fornecedores	-	3	3
Depósitos Judiciais	-	32	32
Total das Adições	666	666	1.332

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>	
<u>Transmissão</u>	
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6.6. As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado e intangível em serviço no exercício foram:

<u>Descrição do bem</u>	<u>Valor</u>
1. UM CONJUNTO DE CADEIA DE ISOLADORES DE MESMA CLASSE DE TENSÃO	2
2. RELÉ DIGITAL	3

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.7. As principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	Valor
1.	VEÍCULO GOL 1.6 PLACA OAT-4274, KM 1.800 - 2011/2012	38
2.	VEÍCULO GOL 1.0 PLACA DON-3712, KM 64.277 - 2009/2009	31
3.	UM CONJUNTO DE CADEIA DE ISOLADORES DE MESMA CLASSE DE TENSÃO, TIPO, MATERIAL E COMPOSIÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 69KV, EM UMA MESMA ESTRUTURA	5

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Debêntures

7.1. Abertura do Endividamento

2019								
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de	Principal	Principal	Saldo	Adimplente?	Data Captação	Tipo de	Taxa
	Curto Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Total		/ Repactuação	Garantia	a.a.
Debentures - Bradesco 1º Emissão	44	21.858	54.853	76.755	Sim	jun-18	Não há	112% do CDI
Total por Dívida	44	21.858	54.853	76.755				

Data Próximo	Freqüência	Data Próxima	Vencimento	Freqüência	Sistemática	Cronograma de Amortização do Principal de Longo Prazo			
Pgto Juros	Pgto Juros	Amortização	Final	de Amortiz.	Amortização	2021	2022	2023	Total
26/01/20	Mensal	26/01/20	26/06/23	Mensal	SAC	21.905	21.951	10.997	54.853
						21.905	21.951	10.997	54.853

2018								
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de	Principal	Principal	Saldo	Adimplente?	Data Captação	Tipo de	Taxa
	Curto Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Total		/ Repactuação	Garantia	a.a.
Debentures - Bradesco 1º Emissão	82	21.773	76.656	98.511	Sim	jun/18	Não há	112% do CDI
Total por Dívida	82	21.773	76.656	98.511				

Data Próximo	Freqüência	Data Próxima	Vencimento	Freqüência	Sistemática	Cronograma de Amortização do Principal de Longo Prazo				
Pgto Juros	Pgto Juros	Amortização	Final	de Amortiz.	Amortização	2020	2021	2022	2023	Total
26/01/2019	Mensal	26/01/2020	26/06/2023	Mensal	SAC	21.831	21.887	21.941	10.997	76.656
						21.831	21.887	21.941	10.997	76.656

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Debêntures 1ª emissão: em junho de 2018, a EBTE emitiu debêntures, no valor de R\$110.000 com prazo de vigência de cinco anos.

As cláusulas restritivas das debêntures simples da EBTE estão relacionadas ao limite da dívida líquida, que em 31 de dezembro de 2019, atualizado pelo IGP-M, era de R\$148.080 para a 1ª emissão de debêntures. O custo de captação é amortizado pelo prazo das debêntures.

A Administração da EBTE mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2019, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7.2. Abertura dos Ativos Financeiros

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	2019		2018	
	Principal e Juros	Saldo Total	Principal e Juros	Saldo Total
Ativos Financeiros	14.999	14.999	6.875	6.875
Caixa e Aplicações Financeiras	14.999	14.999	6.875	6.875
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.913	5.913	6.875	6.875
Investimentos Temporários	9.086	9.086	-	-

7.3. Composição do Endividamento e Dívida Líquida

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal Longo Prazo	Total 2019	Total 2018
(+) Dívida Bruta	44	21.858	54.853	76.755	98.511
Debêntures. Moeda Nacional	44	21.858	54.853	76.755	98.511
(-) Ativos Financeiros	-	(14.999)	-	(14.999)	(6.875)
Alta Liquidez	-	(5.913)	-	(5.913)	(6.875)
Demais Aplicações Financeiras	-	(9.086)	-	(9.086)	-
(+) Dívida Líquida	44	6.859	54.853	61.756	91.636

8. Provisões para Litígios

	Trabalhistas	Total
Saldos em 31/12/2018	-	-
Constituição	18	18
Saldos em 31/12/2019	18	18
Circulante	-	-
Não Circulante	18	18

A provisão constituída em 31 de dezembro de 2019 refere-se a uma causa trabalhista no montante atualizado de R\$18. Adicionalmente com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificadas como “possível” tem valor estimado de R\$1.325 e são referentes a 6 processos de natureza tributária (em 31 de dezembro de 2018 o valor estimado era de R\$787 referente a 5 processos de natureza tributária).

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Patrimônio Líquido

9.1. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$274.762, representado por 263.058.339 ações ordinárias, sem valor nominal:

Acionistas	Número de ações em milhares			
	Ordinárias	%	Total	%
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	134.160	51,00	134.160	51,00
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	128.898	49,00	128.898	49,00
			-	
	263.058	100,00	263.058	100,00

9.2. Reservas de lucros

	31/12/2019	31/12/2018
Reservas de lucros		
Reserva legal	410	-
Prejuízos Acumulados	(2.436)	(16.008)
Reserva especial para incentivos fiscais	3.964	-
Proposta de distribuição de Dividendos	2.861	-
Dividendos Societários Distribuídos	(8.188)	-
	(3.389)	(16.008)

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivo fiscal: Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a EBTE constituiu reserva de incentivo fiscal no valor de R\$ 3.964 (R\$ 0 em 2018).

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Receita Operacional Bruta e Líquida

Receita Líquida	31/12/2019	31/12/2018
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	52.827	53.339
(-) Parcela Variável	(16)	(316)
Programa de Integração Social – PIS	(871)	(875)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(4.014)	(4.030)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(459)	(455)
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.373)	(1.379)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(211)	(212)
Total	45.883	46.072

10.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução homologatória n. 2.565, de 25 de junho de 2019, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2019, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um acréscimo de 4,66%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2016 e a próxima será em 1 de julho de 2020.

Conforme cláusula 7º do contrato de concessão, o poder concedente procederá a revisão da Receita Anual Permitida, em intervalos periódicos de cinco anos. No ciclo 2019~2020, foi homologado por meio do Voto/2019 (Em anexo) a revisão tarifária periódica da RAP da Companhia, o que resultou em um efeito negativo de -5,27%.

11. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	4.327	3.465
Remuneração	2.258	1.860
Encargos	790	666
Previdência privada	32	21
Assistência médica	294	239
Despesas rescisórias	14	128
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	615	318
Outros	324	233

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

<u>Total</u>	<u>4.327</u>	<u>3.465</u>
--------------	--------------	--------------

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12.Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.007	19.071
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	5.102	6.484
Efeitos fiscais sobre:		
Incentivos fiscais	(3.963)	(5.110)
Despesas e Provisões Indedutíveis	(2.913)	683
Amortização e Depreciação	4.476	(4.702)
Receitas Societárias	(9.202)	(2.239)
Materiais	(132)	1.400
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	8.091	5.398
Outros	(24)	(24)
Ajuste de exercícios anteriores	-	(56)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>1.435</u>	<u>1.834</u>
Taxa efetiva	9,56%	9,62%

13. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

14. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
<u>Ativo Circulante</u>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.913	-	5.913	6.875	-	6.875
Investimentos Temporários	9.086	-	9.086	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	4.825	-	4.825	5.345	-	5.345
Serviços em Curso	880	-	880	999	-	999
Ativo Contratual da concessão	-	38.036	38.036	-	43.933	43.933
Tributos Compensáveis	2.796	-	2.796	1.581	-	1.581
Despesas Pagas Antecipadamente	5	-	5	16	-	16
Adiantamento a Fornecedores	4.805	-	4.805	4.797	-	4.797
Outros Ativos Circulantes	1.563	-	1.563	1.665	-	1.665
<u>Ativo Não Circulante</u>						
Concessionárias e Permissionárias	391	-	391	395	-	395
Depósitos Judiciais e Cauções	165	-	165	155	-	155
Ativo Contratual da Concessão	-	422.230	422.230	-	396.669	396.669
Outros Ativos Não Circulantes	1.051	-	1.051	548	916	1.464
Imobilizado	341.807	(341.476)	331	353.980	(353.898)	82
Intangível	7.037	(7.031)	6	7.152	(7.134)	18
			-			
Total do Ativo	380.324	111.759	492.083	383.508	80.486	463.994

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
<u>Passivo Circulante</u>						
Fornecedores	3.653	-	3.653	2.786	-	2.786
Debentures	21.902	77	21.979	21.855	-	21.855
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.193	-	1.193	966	(2)	964
Tributos	3.223	-	3.223	3.502	-	3.502
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	953	-	953	-	-	-
Encargos Setoriais	1.664	-	1.664	1.946	-	1.946
Contribuições e Encargos regulatórios Diferidos	-	4.768	4.768	-	-	-
Outros Passivos Circulantes	7.965	(888)	7.077	8.021	(945)	7.076
<u>Passivo Não Circulante</u>						
Debentures	54.853	162	55.015	76.656	-	76.656
Provisão para Litígios	18	-	18	-	-	-
Tributos Diferidos	-	46.103	46.103	-	38.332	38.332
Contribuições e Encargos regulatórios Diferidos	-	51.837	51.837	-	54.279	54.279
Provisão para Compensação Ambiental	12.184	-	12.184	7.736	-	7.736
Outros Passivos Não Circulantes	1.343	(924)	419	1.286	(867)	419
Total do Passivo	108.951	101.135	210.086	124.754	90.800	215.551
Patrimônio Líquido						
Capital Social	274.762	-	274.762	274.762	-	274.762
Reservas de Lucros	4.374	-	4.374	-	-	-
Prejuízos Acumulados	(2.436)	2.436	-	(16.008)	(10.311)	(26.319)
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	2.861	-	2.861	-	-	-
Dividendos Societários Distribuídos	(8.188)	8.188	-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	271.373	10.624	281.997	258.754	(10.311)	248.443
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	380.324	111.759	492.083	383.508	80.486	463.994

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	52.827	(52.827)	-	53.339	(53.339)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	19.092	19.092	-	8.921	8.921
Receita de Implantação de Infraestrutura	-	10.423	10.423	-	5.087	5.087
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	42.976	42.976	-	53.283	53.283
(-) Parcela Variável	(16)	-	(16)	(316)	-	(316)
Tributos						
PIS-PASEP	(871)	(314)	(1.185)	(875)	(484)	(1.359)
Cofins	(4.014)	(1.443)	(5.457)	(4.030)	(2.228)	(6.258)
		-	-			
Encargos - Parcela "A"						
		-	-			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(459)	-	(459)	(455)	-	(455)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.373)	(494)	(1.867)	(1.379)	(762)	(2.141)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(211)	(76)	(287)	(212)	(117)	(329)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	45.883	17.337	63.220	46.072	10.361	56.433
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	45.883	17.337	63.220	46.072	10.361	56.433
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(4.327)	-	(4.327)	(3.465)	-	(3.465)
Material	(389)	(1.872)	(2.261)	(383)	(4.116)	(4.499)
Serviços de Terceiros	(2.128)	-	(2.128)	(1.749)	-	(1.749)
Arrendamento e Aluguéis	(474)	104	(370)	(407)	-	(407)
Seguros	(41)	-	(41)	(51)	-	(51)
Doações, Contribuições e Subvenções	(3)	-	(3)	(2)	-	(2)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos	-	-	-	(59)	59	-
Tributos	(123)	(1)	(124)	(76)	(1)	(77)
Depreciação e Amortização	(13.292)	13.188	(104)	(13.830)	13.802	(28)
Outras Receitas Operacionais	24	(24)	-	-	-	-
Outras Despesas Operacionais	(18)	-	(18)	-	-	-
Custo de Implantação de Infraestrutura	-	-	-	-	(5.100)	(5.100)
Resultado da Atividade	25.112	28.732	53.844	26.050	15.005	41.055
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(10.792)	(26)	(10.818)	(7.802)	-	(7.802)
Receitas Financeiras	687	-	687	823	-	823
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	15.007	28.706	43.713	19.071	15.005	34.076
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(1.435)	(7.771)	(9.206)	(1.834)	(5.398)	(7.232)
Resultado Líquido do Exercício	13.572	20.935	34.507	17.237	9.607	26.844

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

14.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

14.1.1. Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que este valores a receber, registrados na rubrica "Contas a receber de clientes", passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.1.2. Ativo contratual da concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6% a.a. 10% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Ativo contratual da concessão", como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta "Contribuições e encargos regulatórios diferidos" no passivo não circulante.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.1.3. Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

14.1.4. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Até que seja feita uma análise pelo órgão regulador, e posteriormente a sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos não serão refletidas para fins regulatório.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	281.997	248.440
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(113.343)	(82.297)
Arrendamento (CPC 06)	11	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	102.708	92.611
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u><u>271.373</u></u>	<u><u>258.754</u></u>

14.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	34.507	26.844
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(28.874)	(15.005)
Arrendamento (CPC 06)	168	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	7.771	5.398
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<u><u>13.572</u></u>	<u><u>17.237</u></u>